

CONCURSO PÚBLICO

16. PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

INSTRUÇÕES

- ♦ VOCÊ RECEBEU SUA FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO CONTENDO 30 QUESTÕES OBJETIVAS, TENDO EM VISTA A OPÇÃO REALIZADA NO MOMENTO DA INSCRIÇÃO.
- ♦ CONFIRA SEU NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO IMPRESSOS NA CAPA DESTA CADERNO.
- ♦ LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- ♦ RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES.
- ♦ ASSINALE NA FOLHA DE RESPOSTAS, COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA, A ALTERNATIVA QUE JULGAR CERTA.
- ♦ A DURAÇÃO DA PROVA É DE 3 HORAS.
- ♦ A SAÍDA DO CANDIDATO DO PRÉDIO SERÁ PERMITIDA APÓS TRANSCORRIDA A METADE DO TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA OBJETIVA.
- ♦ AO TERMINAR A PROVA, VOCÊ ENTREGARÁ AO FISCAL A FOLHA DE RESPOSTAS E LEVARÁ ESTE CADERNO.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTO TÉCNICO SOBRE O SETOR DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS CANALIZADO E SUA REGULAÇÃO

01. Considerando o contrato n.º CSPE/03/2000, relativo à exploração de serviços públicos de distribuição de gás canalizado, do Estado de São Paulo, que celebra a concessão da distribuição à empresa Gás Natural São Paulo Sul S.A., assinale a alternativa que apresenta informações corretas sobre a exploração dos serviços públicos.

- (A) Quaisquer circunstâncias que atinjam os usuários, afetando a qualidade, a continuidade, a eficiência e a segurança dos serviços, devem ser avisadas à Agência Reguladora em um prazo de até três dias.
- (B) A Agência Reguladora não permite que a concessionária estabeleça pessoas jurídicas distintas, para assegurar uma maior transparência do negócio.
- (C) O gás natural, no sistema de distribuição, não necessita de odorização, pois seu cheiro é forte e característico.
- (D) Ao contrário das demais tarifas, que são aprovadas pela agência reguladora, as tarifas de grandes consumidores são fixadas livremente pela concessionária.
- (E) A exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado deverá ser realizada como função de utilidade pública prioritária.

02. Sobre o Decreto n.º 43.889, de 1998, que regulamenta a concessão e a permissão da prestação de serviços públicos de distribuição de gás canalizado no Estado de São Paulo, analise as afirmações e assinale a alternativa verdadeira.

- I. Incumbe à concessionária a obrigação de implementar medidas que tenham por objetivo a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico do setor de gás canalizado.
- II. Não faz menção ao livre acesso, cuja regulamentação só foi abordada pela Lei Complementar n.º 1.025, de 1997.
- III. Estabelece prazo máximo para concessão de exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado, a partir da data de assinatura do contrato.
- IV. Disciplina a exploração dos serviços de gás canalizado, de maneira a atender às necessidades dos setores industrial, domiciliar, comercial, automotivo e outros.

Está correto o contido em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

03. Sobre o Modelo Institucional desenvolvido para a indústria de gás natural no Brasil, identifique a alternativa incorreta.

- (A) A distribuição de gás canalizado é regulamentada em nível estadual, enquanto a produção e o transporte são da alçada federal.
- (B) Princípios regulatórios na escala estadual e federal devem convergir para facilitar o desenvolvimento da infraestrutura.
- (C) A ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) é a única instituição responsável pela regulamentação da interface com o setor elétrico.
- (D) Apesar da elevada dependência externa, não cabe à ARSESP regulamentar as importações de gás natural do Estado de São Paulo.
- (E) As instalações de gás canalizado internas aos consumidores, não são regulamentadas nem pela ARSESP, nem pela ANP.

04. Segundo dados da Abegás (Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado), o consumo do gás natural atingiu, em fevereiro de 2009, o menor volume de vendas desde 2004. Analise as alternativas dadas e escolha a que traz informações corretas sobre esse fato.

- (A) Os dados demonstram o efeito da recessão econômica nos dois principais segmentos de consumo.
- (B) A diminuição se dá exclusivamente pelo fato de o mês de fevereiro possuir menos dias úteis em relação aos outros meses do ano.
- (C) O único setor que apresentou crescimento no consumo foi o de geração elétrica, impulsionado pelo acionamento das termoeletricas.
- (D) A maior diminuição no consumo ocorreu no setor residencial, devido, unicamente, ao período de férias e aos feriados do mês.
- (E) Todos os segmentos têm apresentado quedas sistemáticas nos volumes consumidos desde 2004, o que traz grandes preocupações para as perspectivas futuras.

05. Uma das funções da ARSESP (Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo) é dispor sobre o processo de revisão tarifária das concessionárias de gás canalizado do Estado de São Paulo. Assinale a alternativa que traz informações verdadeiras sobre esse processo.

- (A) Os contratos de concessão prevêm que as revisões tarifárias sejam realizadas ao término de um período de dez anos, para manter a modicidade tarifária aos consumidores.
- (B) A metodologia para revisão tarifária é estabelecida pela própria companhia de distribuição, desde que esteja de acordo com os critérios estabelecidos pela ARSESP.
- (C) A taxa de custo médio ponderado do capital (conhecida pelas iniciais em inglês – *WACC*) é aplicada após o cálculo tarifário para ponderar o incremento da eficiência operacional.
- (D) As etapas de discussão e aprovação de novas tarifas, assim como o processo de revisão, são realizadas em Audiências Públicas, cujas informações não são de acesso exclusivo das companhias distribuidoras.
- (E) As revisões periódicas das tarifas visam manter a capacidade de investimento das concessões, como principal prioridade à Agência Reguladora.

- 06.** Sobre as Portarias do Plano de Contas regulatório, analise as afirmações:
- A Portaria CSPE n.º 403 dispõe sobre as alterações e inclusão de subcontas contábeis no Plano de Contas do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado, publicado pela Portaria CSPE n.º 323.
 - A Portaria CSPE n.º 273 dispõe sobre as redes e conexões apresentadas em forma de esboço no Plano Quinquenal de Investimentos e Obras, bem como a localização dos usuários de grande porte e grupo de usuários menores.
 - A Portaria CSPE n.º 144 dispõe sobre a elaboração e remessa do Plano Quinquenal de Investimentos e Obras.
- Pode-se afirmar que
- nenhuma está correta.
 - apenas I e II estão corretas.
 - apenas II e III estão corretas.
 - apenas I e III estão corretas.
 - todas estão corretas.
- 07.** No *site* da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) é possível consultar os aspectos formadores de preços e tarifas do gás natural. Sobre esses aspectos, assinale a alternativa correta.
- O preço do gás natural vendido às distribuidoras é composto por três parcelas, uma para remuneração do produtor, uma para o serviço de transporte e outra para o fundo de investimentos em infraestrutura.
 - Nas tarifas de transporte, a alocação de custos entre usuários e serviços deve ser realizada de maneira transparente, estando explícita a parcela da receita total requerida a ser coberta por cada tipo de serviço.
 - Existem três tipos de serviços de transporte por gasodutos passíveis de cobrança: transporte flexível, transporte interruptível e transporte líquido.
 - As tarifas aplicáveis a cada serviço e/ou carregador são livres de encargos, devido à natureza pública das operações.
 - A regulamentação do Programa Prioritário de Termelétricidade, do ano de 2001, estabelece um preço máximo para o suprimento do gás natural, que pode variar de acordo com sua origem (nacional ou importada).
- 08.** Assinale a alternativa que apresenta informações corretas sobre as especificações do gás natural.
- O Poder Calorífico Superior (PCS) deve estar entre 34 000 e 38 400 kJ/m³ na região Norte, e entre 35 000 e 43 000 kJ/m³ nas demais regiões.
 - A quantidade total de enxofre não pode ultrapassar o valor máximo de 700 g/cm³.
 - O índice de Wobbe é fixado nacionalmente, sendo comum a todas as regiões e não podendo apresentar valores inferiores a 40 500 kJ/m³ e superiores a 53 500 kJ/m³.
 - O valor para o Oxigênio Máximo não é uma especificação regulamentada.
 - Pode apresentar traços visíveis de partículas líquidas, mas não deve apresentar traços visíveis de partículas sólidas.
- 09.** As condições gerais para o fornecimento dos Serviços de Distribuição de Gás Canalizado devem atender a Portaria n.º 160/2001 da CSPE (Comissário Geral da Comissão de Serviços Públicos de Energia).
- Sobre essa portaria, leia as afirmações:
- A Concessionária deve ampliar a capacidade e expandir o seu sistema de distribuição de Gás dentro da sua área de Concessão até o Ponto de Entrega, por solicitação, devidamente fundamentada, de qualquer interessado, sempre que o serviço seja técnica e economicamente viável.
 - Os Usuários são responsáveis pelas obras de pavimentação, repavimentação ou paisagismo, em área da Unidade Usuária, que se fizerem necessárias em decorrência da instalação ou manutenção do Ramal Interno ou Ramal de Serviço.
 - As margens de erro de medição admitidas são as estabelecidas pela legislação metrológica. Caso o erro ocasione registro de consumo menor, devido a motivos de responsabilidade da concessionária, o Usuário poderá ser cobrado apenas no prazo máximo de cinco dias úteis.
- Está correto apenas o contido em
- I.
 - I e II.
 - I e III.
 - II.
 - II e III.
- 10.** Ainda sobre a Portaria n.º 160/2001 da CSPE (Comissário Geral da Comissão de Serviços Públicos de Energia), assinale a alternativa em que se associa corretamente o Segmento de Usuário à sua respectiva definição.
- Industrial: aqueles Usuários que utilizam o Gás para atividade de elaboração de produtos, transformação de matérias-primas, recuperação de máquinas e equipamentos e fabricação diversa, incluídos os órgãos públicos.
 - Pequenos Usuários: fornecimento para Unidade Usuária com fim residencial.
 - Gás Natural Veicular: fornecimento para Unidade Usuária em que seja exercida atividade comercial ou de prestação de serviços de transporte.
 - Pequena Cogeração – PCG: Unidade Usuária com consumo médio mensal contratual de até 500 000 m³ e que utiliza o Gás para o processo de produção combinada de vapor e energia mecânica ou elétrica.
 - Grandes Usuários: aquele Segmento de Usuários que utiliza o Gás para o processo de produção combinada de vapor e energia mecânica ou elétrica.

11. A norma brasileira que rege as redes de distribuição interna para gases combustíveis é a ABNT NBR n.º 15526/2007. Sobre essa norma, pode-se afirmar que
- (A) se aplica também a instalações em termelétricas, onde o gás é utilizado para geração de eletricidade.
 - (B) deve ser utilizada em instalações cuja pressão de operação exceda a 150 kPa (1,53 kgf/cm²).
 - (C) se aplica somente ao gás natural.
 - (D) força a readequação de instalações existentes aos padrões especificados.
 - (E) estabelece os requisitos mínimos exigíveis para redes internas abastecidas tanto por canalização de rua, como por uma central de gás.
12. Sobre a Norma Brasileira ABNT NBR n.º 15526/2007, assinale a alternativa que traz informações verdadeiras a respeito da instalação e montagem das tubulações.
- (A) Quando forem aparentes, devem ter afastamento mínimo de 100 mm das tubulações de água quente e fria, para redes em paralelo.
 - (B) Quando forem embutidas, não podem atravessar elementos estruturais (lajes, vigas, paredes etc.).
 - (C) Quando enterradas, devem ter profundidade de 0,30 metros, a partir da geratriz superior do tubo, em locais não sujeitos a tráfego de veículos, e 0,50 metros em locais com passagem de veículos.
 - (D) Quando alojadas em tubo-luva, este não deve possuir aberturas para atmosfera, para evitar entrada de água, animais e outros objetos estranhos.
 - (E) Quando instaladas em suportes, podem ser apoiadas ou fixadas em outras tubulações, de condução de água ou vapor, existentes.
13. O projeto e a execução de redes de distribuição interna para gases combustíveis em instalações industriais devem obedecer à norma brasileira ABNT NBR n.º 15358/2006. Sobre o dimensionamento das redes, assinale a alternativa correta.
- (A) A pressão de entrega, a densidade e o poder calorífico do combustível devem ser calculados por técnicos especialistas da própria indústria.
 - (B) Deve ser levantado o perfil de consumo de gás, com relação aos aparelhos a serem utilizados, de forma a se determinar o consumo máximo instantâneo.
 - (C) A pressão mínima deve ser de 400 kPa.
 - (D) A tubulação será uniforme, independentemente das vazões dos aparelhos a gás servidos em cada trecho.
 - (E) Para efeito do estabelecimento do consumo máximo instantâneo, deve ser considerado o poder calorífico superior do gás e a eficiência dos aparelhos.
14. A Norma ABNT NBR n.º 14463/2000 estabelece as condições exigíveis para as conexões termossoldáveis de polietileno PE 80 e PE 100. Assinale a alternativa que apresenta uma definição correta especificada na norma.
- (A) As conexões soldadas por eletrofusão são aquelas realizadas por meio do aquecimento do material que será fundido, com auxílio de elemento térmico externo à conexão e ao tubo.
 - (B) A relação diâmetro espessura (SDR) é a razão entre a espessura máxima da parede do tubo e o diâmetro interno nominal do tubo equivalente.
 - (C) A conexão tipo “ponta” é aquela realizada por meio do encaixe direto entre tubos de diferentes diâmetros.
 - (D) O soquete, localizado entre a parede interna da conexão e a parede externa do tubo, é a resistência elétrica que tem a finalidade de gerar calor, a fim de possibilitar a soldagem das peças.
 - (E) As conexões soldadas por termofusão são aquelas realizadas por meio da transformação da energia elétrica em calor.
15. A execução de solda de topo, quando realizada em tubos e conexões de polietileno PE 80 e PE 100, é normatizada pela norma ABNT NBR n.º 14464/2000, que enumera uma série de requisitos específicos. Assinale a alternativa que apresenta esses requisitos de maneira correta.
- (A) As superfícies externas e internas das extremidades dos tubos devem ser limpas com substâncias abrasivas, para amolecer o polietileno e acelerar o tempo de aquecimento.
 - (B) Antes de cada solda, a placa de aquecimento deve ser limpa, de modo a não apresentar vestígios de lama, óleo, poeira ou resíduos de soldas anteriores.
 - (C) Deve-se elevar a temperatura da placa de aquecimento até o valor especificado pelo fabricante de tubos, de forma que o centro da placa concentre o calor e mantenha o dobro da temperatura em relação às extremidades, durante toda a solda.
 - (D) Após o resfriamento, as peças soldadas podem ser manuseadas livremente, independentemente da temperatura na superfície da solda.
 - (E) Após a retirada da placa de aquecimento, é comum encontrar material fundido grudado nessa placa, o que não deve ser considerado um problema.

**CONHECIMENTO TÉCNICO SOBRE O SETOR DE SANEAMENTO
BÁSICO E SUA REGULAÇÃO**

16. Considere os itens:

- I. estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;
- II. garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;
- III. prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência;
- IV. definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos quanto a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam à eficiência e à eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

De acordo com a Lei Federal n.º 11.445/07 (Saneamento Básico), são objetivos da regulação

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

17. De acordo com a Lei n.º 8.987/95 (Concessões de Serviços Públicos), incumbe à concessionária

- (A) captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço.
- (B) zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas.
- (C) homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas na forma dessa Lei, das normas pertinentes e do contrato.
- (D) estimular o aumento da qualidade, produtividade, preservação do meio-ambiente e conservação.
- (E) intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei.

18. De acordo com a Lei Complementar n.º 1.025/07, o plano editado por lei estadual, nos termos do artigo 216 da Constituição do Estado, cabendo-lhe, observadas as peculiaridades regionais e locais, bem como as características das bacias hidrográficas e respectivos recursos hídricos, estabelecer objetivos, diretrizes, prioridades e programas gerais para orientar a elaboração da legislação orçamentária plurianual e anual, bem como o planejamento operacional dos serviços públicos de saneamento básico em todo o território estadual, respeitada a autonomia municipal, é o Plano

- (A) de Metas de Saneamento Estadual.
- (B) Plurianual de Saneamento.
- (C) Executivo Estadual de Saneamento.
- (D) de Saneamento e Energia.
- (E) CONESAN.

19. A diretoria da ARSESP é composta pelo Diretor de Regulação Técnica e Fiscalização dos serviços de saneamento básico e mais

- (A) 6 diretores, incluindo o Diretor de Regulação Econômico-Financeira e de Mercados.
- (B) 5 diretores, incluindo o Diretor de Regulação Econômico-Financeira e de Mercados.
- (C) 4 diretores, incluindo o Diretor de Relações Institucionais.
- (D) 3 diretores, incluindo o Diretor de Regulação Técnica e Fiscalização dos serviços de energia.
- (E) 2 diretores, incluindo o Diretor de Regulação Técnica e Fiscalização dos serviços de energia.

20. De acordo com a Deliberação ARSESP 031/08, constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo I (até 0,01% do faturamento líquido anual do prestador),

- (A) não efetuar, nos prazos estabelecidos, reparos, melhoramentos, substituições e modificações, de caráter urgente, nas instalações.
- (B) realizar o despejo de esgotos, após o tratamento, em condições inferiores aos padrões exigidos pelos planos de saneamento e pelos órgãos ambientais, observado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- (C) não fornecer água, por meio do sistema público de abastecimento, dentro dos padrões de potabilidade estabelecidos em legislação específica do Ministério da Saúde.
- (D) não disponibilizar aos usuários serviços de acesso à empresa por meio de sítio na Internet e atendimento telefônico.
- (E) suspender a prestação dos serviços, enquanto a reclamação do usuário, comunicada ao prestador, estiver sendo objeto de análise por parte da ARSESP, salvo por razões diversas do objeto da reclamação pendente.

21. De acordo com o Decreto n.º 53.192/08, a execução dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário será realizada pela SABESP, nos termos de contrato de programa a ser firmado com o Município, que atenderá à legislação de concessões e permissões e de diretrizes nacionais e estaduais para o saneamento, e preverá mecanismos que garantam a transparência da gestão econômica e financeira do serviço. O contrato será celebrado pelo prazo de

- (A) 5 anos.
- (B) 10 anos.
- (C) 20 anos.
- (D) 30 anos.
- (E) 45 anos.

22. Para celebração de convênios de cooperação e contratos de programa que estabeleçam a submissão da SABESP à política tarifária exclusivamente municipal é condição necessária a existência de laudo comprovando que a tarifa prevista é suficiente para o custeio dos serviços e a amortização integral dos investimentos no prazo contratual,
- (A) independentemente de qualquer subsídio externo.
 - (B) ou alternativamente pode ser autorizado pelo Governador do Estado.
 - (C) ou excepcionalmente com a autorização do Conselho de Orientação de Saneamento.
 - (D) ou alternativamente com a autorização da ARSESP.
 - (E) ou alternativamente pode ser autorizado por ato específico do Secretário do Meio Ambiente.
23. De acordo com padrão microbiológico de potabilidade da água para consumo humano definido pelo Ministério da Saúde, na água tratada no sistema de distribuição (reservatórios e rede), em sistemas que analisam mais de 40 amostras por mês, a ausência de coliformes totais em 100 mL deve ocorrer em
- (A) 100% das amostras.
 - (B) 95% das amostras.
 - (C) 75% das amostras.
 - (D) 50% das amostras.
 - (E) 40% das amostras.
24. De acordo com Portaria n.º 518/2004 do Ministério da Saúde, a água potável deve estar em conformidade com o padrão de aceitação de consumo e recomenda-se que, no sistema de distribuição, o pH da água seja mantido na faixa de _____ e que o teor máximo de cloro residual livre, em qualquer ponto do sistema de abastecimento, seja de _____ mg/L.
- Os valores faltantes nos espaços são, respectivamente,
- (A) 3,0 a 5,0 ... 5,0
 - (B) 5,0 a 7,0 ... 4,0
 - (C) 6,0 a 9,5 ... 2,0
 - (D) 7,0 a 10,0 ... 2,0
 - (E) 7,0 a 10,0 ... 1,0
25. “São unidades destinadas à remoção de partículas presentes na água, pela ação da gravidade. Podem ser convencionais, ou de baixa taxa, e de elementos tubulares, ou de alta taxa.”
- No projeto de estação de tratamento de água para abastecimento público, o texto refere-se a
- (A) floculadores.
 - (B) aeradores.
 - (C) bandejas perfuradas sobrepostas.
 - (D) filtros lentos.
 - (E) decantadores.
26. Para a execução de tubulações de PVC rígido para adutoras e redes de águas, as escavações em rocha decomposta, pedras soltas e rocha viva devem ser feitas até abaixo do nível inferior da tubulação, para que seja possível a execução de um leito de material isento de pedras de, no mínimo,
- (A) 15 cm sob os tubos.
 - (B) 20 cm sob os tubos.
 - (C) 30 cm sob os tubos.
 - (D) 45 cm sob os tubos.
 - (E) 60 cm sob os tubos.
27. A ETE deve ter mais de um tanque de aeração, se a vazão afluyente máxima for superior a
- (A) 50 L/s.
 - (B) 100 L/s.
 - (C) 150 L/s.
 - (D) 200 L/s.
 - (E) 250 L/s.
28. Caracterizando-se o sistema de limpeza urbana de um município, envolvendo o acondicionamento, coleta, transporte e disposição final, sabe-se que a área escolhida para a disposição final deve ser avaliada sob o aspecto da geologia, geotécnica, hidrologia e topografia. Ao avaliar as áreas potenciais, se a análise levar em conta o critério econômico (custo de implantação e de operação), o de engenharia (complexidade técnica e tempo) e o critério ambiental, então um parâmetro importante na decisão para a escolha é essa área
- (A) ser destinada à proteção de manancial.
 - (B) ser de alto valor de aquisição e distante de serviços públicos.
 - (C) ter um único acesso e ser próxima ao centro.
 - (D) ter possibilidade de controle de contaminação de água, ar e solo.
 - (E) ter amplitude e topografia que possibilitem sua utilização por um período curto.
29. O gerenciamento dos consumidores, quando não praticado de forma eficiente, induz ao incremento de águas não faturadas. Para a gestão dos grandes consumidores (usuários), recomendam-se ações práticas em campo e escritório, tais como explicar as variações de consumo que sempre ocorrem, ou executar vistorias sistemáticas. Isto porque, geralmente, os grandes consumidores (usuários)
- (A) são os responsáveis pela maioria das fraudes.
 - (B) são os responsáveis pela maior parte do consumo, embora em menor número.
 - (C) têm as ligações inativas ou consumo zero.
 - (D) estão sujeitos a abastecimento irregular por estarem na periferia.
 - (E) são os consumidores típicos.
30. De acordo com a Resolução CONAMA n.º 357/2005, as águas doces de classe 1 observarão as seguintes condições de qualidade de água:
- I. 5 dias a 20 °C até 3 mg/L O₂;
 - II. em qualquer amostra, não inferior a 6 mg/L O₂;
 - III. até 40 UNT.
- Essas condições referem-se, respectivamente, a
- (A) OD, turbidez e DBO.
 - (B) DBO, turbidez e OD.
 - (C) DBO, OD e turbidez.
 - (D) turbidez, OD e DBO.
 - (E) turbidez, DBO e OD.

